

UM apresenta Arquivo da Casa Avelar Bracarenses incentivados a doar arquivos documentais

Jorge Oliveira
Avelino Lima

«Este legado deve constituir um estímulo a que outras doações se sucedam». Esta foi uma das principais mensagens deixada, ontem, na apresentação do catálogo do Arquivo da Casa Avelar, um ano e meio depois da doação daquele fundo documental pela família Jácome de Vasconcelos.

A Universidade do Minho, pela voz do director do Arquivo Distrital de Braga e da Biblioteca Pública de Braga, comprometeu-se a acolher com «total respeito e empenho» todos os acervos que vierem a ser doados, à semelhança do Arquivo da Casa Avelar que se mantém indiviso e bem acondicionado, garantindo-se, assim, a sua conservação. «Esta será uma forma de preservar a história das famílias bracarenses e o seu papel na história», realçou, na sessão, Elísio Araújo.

Coube ao reitor da Universidade do Minho, António Cunha, entregar simbolicamente a um representante da família Jácome



Catálogo do Arquivo da Casa Avelar já está disponível na Internet

Vasconcelos o primeiro exemplar do Arquivo, estudo orgânico e catálogo.

O acto, que decorreu no salão nobre da reitoria, serviu ainda para prestar homenagem póstuma à Maria da Assunção Jácome de Vasconcelos e Chaves, antiga directora do Arquivo Distrital de Braga.

O arquivo da Casa do Avelar é constituído por um conjunto de documentos produzidos entre os séculos XV e XX, distribuídos pelos domínios patri-

monial, genealógico e pessoal, que permitem reconstituir a história de uma das mais antigas e importantes famílias de Braga, que habita a Casa do Avelar, há quase 500 anos, onde aquele arquivo se conservou até hoje, sem dispersão ou desmembramento.

Segundo o reitor, trata-se de um «importante» arquivo de uma família que tinha relações com a Diocese de Braga e que vem complementar todo o resto do Arquivo Distrital e que o

«torna mais rico».

António Cunha destacou o exemplo desta família que decidiu entregar à guarda da Universidade do Minho e do Arquivo Distrital de Braga um seu património, atitude, segundo o qual, denota a confiança que a família Avelar tem na UM.

O director do Arquivo Distrital também salientou o aspecto histórico que representa o fundo deste arquivo que reúne documentação desde o século XV até ao século XX, a qual se manteve

indivisível numa mesma família, o que é raro acontecer.

«Esta família veio para a cidade com o Arcebispo de Braga de então e manteve-se sempre junto dos Arcebispos e, como tal, sempre junto do poder», lembrou Elísio Araújo, referindo que grande parte deste arquivo é constituída por alguns documentos que reflectem esta ligação com a Igreja bracarense.

Estruturalmente, o catálogo encontra-se dividido em três partes. A primeira corresponde ao estudo orgânico e funcional do sistema de informação da família Jácome de Vasconcelos, a segunda à descrição arquivística dos 2291 documentos que compõem o acervo, e a terceira aos índices de secção temática, onomástico, cronológico e de cotas.

O tratamento técnico durou 14 meses e esteve a cargo de Ana Sandra Menezes. Foi feito um estudo orgânico funcional do acervo documental e catalogados, classificados e acondicionados todos os documentos

deste arquivo, de modo a poderem ser consultados por investigadores e demais interessados.

Todas as capas e pastas existentes estão a ser substituídas por materiais adequados e específicos à acomodação arquivística.

O catálogo está, desde ontem, disponível para consulta na Internet, através do sítio do Arquivo Distrital de Braga (www.adbuminho.pt).

Após a apresentação do catálogo, teve lugar uma conferência sob o título «Os arquivos de família e as fontes documentais da vida quotidiana: o exemplo do arquivo da Casa do Avelar», por Ana Maria Macedo. Seguiu-se uma visita ao espaço que alojara o arquivo da Casa do Avelar e que passará a designar-se Sala Dr.ª Maria da Assunção Jácome de Vasconcelos.

Maria da Assunção Jácome de Vasconcelos, nascida em Guimarães, em 1950, foi directora do Arquivo Distrital de Braga de 2000 a 2006, ano em que faleceu.

Apesar de aumentos salariais acima dos 14 por cento Sindicato e administração "colidem" nas renovações no hospital de Braga

Joaquim Martins Fernandes

O processo de renovação dos contratos de trabalho dos funcionários do hospital de Braga que estavam contratados a termo certo colocou em rota de colisão a administração da unidade hospitalar com o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Norte. Enquanto a equipa de Hugo Meireles sublinha a renovação dos contratos a 281 colaboradores, com aumentos salariais que ultrapassam os 14 por cento, a estrutura sindical evidencia a não renovação do vínculo contratual a 17 profissionais.

«É importante dizer que a contratação de 281 trabalhadores para o Escala Braga não passa, no mínimo, de uma falácia», considera a estrutura sindical, que questiona o facto de o consórcio Escala Braga ter sublinhado que os contratos de trabalho renovados «são definitivos». O sindicato lembra que a gestão do hospital pelo Grupo José de Mello Saúde é por um período de 10 anos e questiona «como pode o Escala Braga equacionar contratos para além da sua própria existência?».

O certo é que a administração da unidade hospitalar bra-

carense sublinha não apenas o tempo indeterminado para a duração dos contratos agora renovados, como também realça o aumento de 14,3 por cento do vencimento dos 281 colaboradores com quem renovou contratos de 40 horas semanais.

«Todo este processo foi, desde o início, tratado de forma criteriosa e cuidada pelo hospital de Braga», sublinha o gabinete de Hugo Meireles, acrescentando que a Administração Regional de Saúde do Norte teve uma «restrita colaboração» nas negociações, que salvaguardaram «as preocupações dos pro-

fissionais em questão, os interesses dos utentes da região Minho e as necessidades do sistema de saúde».

Os contratos renovados, que traduzem um vínculo laboral mais estável para 94 por cento dos trabalhadores precários que o Grupo Mello herdou do Ministério da Saúde, são vistos ainda pela administração hospitalar como um passo que possibilita «uma condição de estabilidade profissional (dos trabalhadores) e uma perspectiva mais completa e positiva de gestão das suas carreiras».

Aos argumentos da administração do hospital responde o

Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Norte com uma série de interrogações: «como, quem e por que motivo se opera a caducidade de 17 contratos? Como fica o quadro de pessoal que, em 2009, deveria conter 567 trabalhadores, encontrando-se vagos mais de 190 lugares? Como fica e qual o resultado de admissão do concurso a que estavam obrigados para os trabalhadores que subscreveram contratos nos termos do artigo 14.º da Lei 59/2008, entre outros, sendo que alguns destes, para os quais era obrigatória a abertura de concurso,

são agora, literalmente, despedidos?».

A administração de Hugo Meireles é ainda acusada de ter pressionado os trabalhadores em causa e de ter assumido atitudes divergentes. «Para uns (a maioria), enviaram uma convocatória para uma sessão de esclarecimento a realizar hoje [ontem], sem hora marcada, com o fim de os convidar a aceitar um contrato individual de trabalho. Outros receberam uma comunicação [a informar] que o seu contrato de trabalho caduca no próximo dia 31 de Julho», acusa o sindicato.